

ONG SOS MULHER FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA E O TRABALHO COM GRUPOS DE APOIO A MULHERES QUE VIVENCIAM A VIOLÊNCIA CONJUGAL E INTRAFAMILIAR

Cláudia C. Guerra*

RESUMO: *Este texto relata uma das estratégias de atendimento da Ong SOS Mulher Família de Uberlândia, com a constituição e o funcionamento de dois Grupos de Apoio Interprofissional a Mulheres que Vivenciam a Violência Conjugal e Intrafamiliar, seja física, sexual, psicológica e/ou moral. Analisa referenciais teóricos utilizados pelos profissionais dessa instituição que utilizam essa estratégia de atendimento. Consta-se a relevância em se tratar da problemática enquanto um problema de saúde pública, direitos humanos, permeada pela má distribuição de poder e uma educação diferenciada entre os sexos. A possibilidade de identificação, diferenciação e compreensão das próprias histórias, entendendo as mulheres enquanto sujeitos no processo, têm contribuído para o levantamento da auto-estima e a escolha de relacionamentos afetivos mais saudáveis e sem violência.*

A ESTRATÉGIA DE ATENDIMENTO: GRUPOS DE APOIO INTERDISCIPLINARES:

O SOS Mulher Família constitui dois grupos de apoio interprofissional gratuito e aberto a mulheres que vivenciam relações de violência conjugal e intrafamiliar e que estão sofrendo. A instituição existe desde 1997, mas os grupos só passaram a funcionar no ano de 2001.¹

Local: Sos mulher família de Uberlândia (0xx34)3215-7862, R. John Carneiro, 1454, Lídice, Uberlândia-MG.

NOME DOS GRUPOS: “Simplesmente Mulher” e “Renascer”

COORDENAÇÃO COLEGIADA: psicólogas e historiadora, Cláudia Guerra, Dulce Custódio, Danielle Viana, Vera Lúcia Machado Cunha Cardoso e Fernanda Bernardes de Assis.

SUPERVISÃO AOS(ÀS) COORDENADORES(AS) DOS GRUPOS: Gercina Santana Novais - Psicóloga, Bióloga, Especialista em Filosofia, Mestre e Doutoranda em Educação.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO: (definidas pelo grupo - usuárias e coordenadoras)

- pontualidade: horário das 8:00 às 10 horas, semanalmente, às terças-feiras ou quintas-feiras;
- ética e sigilo sobre o dito no grupo, podendo somente falar de você fora do grupo;
- todas têm o direito de falar e de se expressar, desde que desejem;
- dever de ouvir a(s) outra(s);
- não há espaço nesse grupo para participação de familiares, podendo ser criado outro espaço para eles;
- todas têm os mesmos direitos e deveres;
- dever de respeitar às diferenças; não julgar, mas buscar compreender;

*Cláudia Guerra, presidenta do SOS mulher/família de Uberlândia (gestão 98/2001); voluntária e da diretoria colegiada do SOS mulher família de Uberlândia; vice-coordenadora do núcleo de estudos de gênero e pesquisa sobre a mulher da Universidade Federal de Uberlândia; mestre em história/usp-sp; consultora do instituto de desenvolvimento humano-assessoria e consultoria de Uberlândia e ex-diretora da divisão dos direitos da mulher e políticas de gênero (2001-2003) e casa abrigo travessia de Uberlândia/SMDS/PMU (2002-2003).

¹ NO ano de 1999, a Universidade Federal de Uberlândia, por intermédio da PROEX/ ESEBA, constituiu uma parceria com o SOS-Mulher Família, objetivando o desenvolvimento de um projeto de Formação de equipe Multidisciplinar de Apoio às Vítimas de Violência de Gênero.

- em respeito às colegas e coordenadoras, justificar ausências e afastamentos;
- comunicar desligamento;
- visar segurança pessoal, do grupo e das coordenadoras;
- conforme necessidade e disponibilidade do SOS, poderá participar do grupo e ter atendimento individual;
- autonomia quanto às escolhas e a permanência no grupo, para não ser criada dependência;
- desligar celular ou colocar no silencioso e só atender fora da sala.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS:

- Utiliza-se da categoria relacional gênero, entendendo o masculino e o feminino como construções sócio-históricas, psíquicas e culturais, com objetivo de aprofundar a compreensão sobre a violência de gênero, permeada por relações de poder e uma educação diferenciada para os sexos.

METODOLOGIA:

O trabalho, valendo-se de uma abordagem grupal ocorre uma vez por semana e envolve três momentos:

- 1 Aquecimento: Dinâmica de Integração.
- 2 Desenvolvimento: O trabalho é desenvolvido por meio de narrativas, dinâmicas de grupo (vivências, oficinas...) e/ou abordagem de temas relativos às construções sócio-culturais, históricas e psíquicas das relações violentas entre o masculino e feminino, envolvendo vínculos familiares, a saúde, sexualidade e direitos reprodutivos e humanos, corporalidade, alcoolismo e outras drogas, a educação diferenciada entre os sexos, tomada de consciência de sentimentos presentes, valor e amor próprio, poder, ganhos e perdas nas escolhas, auto-conhecimento, políticas públicas, busca de autonomia e de ser sujeito da própria vida, parâmetros de convivência e sociabilidade norteados pela paz e outros que contribuam direta ou indiretamente para a (re)composição e compreensão da história individual e do grupo, com vistas a vivenciar relacionamentos conjugais saudáveis. Não é objetivo estimular separações, reconciliações ou uniões, mas fornecer suporte para que se façam escolhas pelo não sofrimento e relações saudáveis;
- 3 Encerramento/avaliação;

Durante os encontros são feitos relatórios e após o término do Grupo, as coordenadoras discutem os mesmos e planejam o próximo.

CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A COORDENAÇÃO DE GRUPOS DE APOIO NO S.O.S MULHER FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA(2003):

Considerando a postura responsável e qualificada do trabalho desenvolvido pelo S.O.S Mulher Família de Uberlândia, com a intervenção para desconstrução de relações violentas, foram discutidos e elaborados critérios para a coordenação de grupos interdisciplinares de apoio a pessoas que vivenciam a violência conjugal, pelos profissionais (voluntários/as, cedidos/as e estagiários/as) da instituição, no espaço destinado a supervisão de coordenação desses grupos.

CRITÉRIOS:

- Compromisso: pontualidade, assiduidade com o grupo e com o/a companheiro/a da coordenação, justificar ausências...;
- participar da supervisão oferecida pela instituição, e das leituras e discussões de material solicitado e pertencer ao **Grupo Coletivo de Discussão**;
- formação profissional que possa promover o crescimento e desenvolvimento grupal e individual dos usuários/as do serviço e dos/as coordenadores/as, respeito às diferenças, reflexão sobre a prática profissional, formação permanente e atualizada, verificação quanto a afinidade e sintonia com a coordenação;
- busca de auto conhecimento permanente e cuidado consigo próprio/a;
- divisão de responsabilidades entre a coordenação, com elaboração de dinâmicas, confecção e análise de relatórios;
- postura ética: não manter vínculo afetivo, sexual ou de sedução com os/as profissionais e usuários/as, manter sigilo referente a identidade e conteúdos trazidos pelo grupo;
- disponibilidade interna para a construção coletiva de teorias e metodologias de trabalho em grupo;
- desenvolver todas as etapas de constituição de um grupo: acolhimento, construção do grupo e afastamento e/ou despedida quando necessário;

Por mais que todo este trabalho esteja imbuído de concepções teórico-metodológicas, nesta parte explicitam-se determinadas posturas. Discorre-se sobre os conceitos tomados de empréstimo, comentando-os, através do diálogo, com alguns(mas) autores(as) e obras importantes para a análise.² Transita-se por vários campos do conhecimento, uma vez que o objeto requer análise multidisciplinar e assim tem sido abordado pelas ciências, com suas especificidades ao ser analisado pela História, principalmente com base no eixo gênero, poder e violência. Serão expostas parcialmente, sem nenhuma pretensão de esgotamento, algumas das análises relativas a esse eixo e conseqüentemente ao objeto de estudo: Violência conjugal e Intrafamiliar.

Fala-se de um determinado lugar, como fruto de um tempo, não pretendendo neutralidade e usando da subjetividade necessária e inevitável para a perseguição da objetividade possível na análise. O desafio está em fazer com que o uso das vivências pessoais potencialize a análise dos dados colhidos na pesquisa desenvolvida. A técnica da observação participante pode ser interessante ao se desvendar o contexto de produção das fontes, na intenção de suplantá-las, re-construí-las e re-significá-las, a partir de um olhar treinado para o estranhamento, a indagação e a dúvida, valendo-se, também, por que não, da intuição.

Acredita-se que, como enfatiza Foucault:

o papel de um intelectual não é dizer aos outros o que eles têm que fazer. [...] Não é modelar a vontade política dos outros, é, através das análises que ele faz nos domínios que são seus,

² LANGLEY, R. & LEVY, R. C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1980; CORRÊA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio Janeiro: Graal, 1983; CHAUI, M. Participando do debate sobre a mulher e a violência. VÁRIAS AUTORAS. *Perspectivas antropológicas da mulher* (4): 23-62, Rio Janeiro: Zahar, 1985; AZEVEDO, M. A. & Colabs. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985; GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Anpocs, 1993; Violência de gênero no Brasil atual, de SAFFIOTI, Violência e assédio sexual, de GENDRON, Novas/velhas violências contra a mulher, de GROSSI. *Revista Estudos Feministas*, Ano 2, CIEC/ECO/UFRJ, 2o- sem. de 1994, p.443-88; SAFFIOTI, E. & ALMEIDA, S. S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

³ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989, p.14.

*reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e a partir desta reproblemática [...] participar da formação de uma vontade política [...]*³

Lembra-se aqui a crítica feita à academia no sentido de seu isolamento, ou seja, pretende-se devolver a análise e a pesquisa sistematizada à sociedade de onde se subtraiu os dados e vincular a produção desse conhecimento às necessidades das pessoas que vivenciam relações violentas.

Ao se divagar e “viajar” para o passado histórico (no caso, tão presente), buscam-se fragmentos significativos. Não se procura, porém, reviver o passado, mas revisitá-lo, reconstituí-lo, re-significando-o com o olhar do presente. Esse passado não é fixo, cristalizado, nem está organizado. Segundo Thompson não é a voz do passado que emerge, mas a do presente que recodifica vivências, coexistindo, então, com diversas temporalidades.⁴ Neste contexto, por vezes, a veracidade é menos importante que o simbolismo contido nesses relatos.

Tecer estudos sobre as relações de **gênero** implica desconstruir parâmetros antigos e, ao mesmo tempo, historicizar essas relações, visando desmistificar o próprio conceito.⁵ Alguns trabalhos nessa linha têm questionado a historiografia tradicional e assim feito com que as Ciências Humanas sejam vistas criticamente no que diz respeito aos seus arcabouços teóricos, revendo paradigmas antes pouco questionados. Buscando historicizar a categoria, pode-se dizer que, a partir da rejeição às determinações biológicas implícitas para alguns(mas) no termo sexo, uma grande parte de feministas e de intelectuais, neste fim de século, começaram a utilizar o termo gênero.⁶ Esta é uma noção relacional, pois designa as relações entre os sexos, sendo uma maneira de indicar construções sociais acerca dos papéis das mulheres e dos homens, assim como de suas subjetividades.

Conforme define Flax,

... as relações de gênero são processos complexos e instáveis [...] constituídas por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes [...]. As relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e [...] assimétricas de traços e capacidades humanas [...]. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes [...]. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente

⁴ THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁵ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 56(2): 5-22, Porto Alegre, jul./dez., 1990.

⁶ Um debate profícuo e uma discussão esclarecedora sobre gênero encontram-se em: SCOTT, J.W. Prefácio à *gender and politics of history*; TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social; VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu – desacordos, desamores e diferenças*(3): 11-84, Campinas: Unicamp, 1994 e COSTA, C. L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu – sedução, tradição, transgressão*(2): 141-74, Campinas: Unicamp, 1994.

⁷ FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.228.

⁸ CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*/Fundação Seade. São Paulo: Seade, 1987, p.3.

*variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero [...] têm sido [...] relações de dominação.*⁷

Faz-se necessário tomar o devido cuidado para não se incidir numa visão de mão única que atribui freqüentemente à mulher a condição apenas de vítima, pois, nas relações de gênero, o vínculo de dominação e subordinação nem sempre é tão transparente e óbvio, apesar de se poder verificar, até o momento, e de um modo geral, a supremacia masculina.⁸

Seria ingênuo acreditar que a utilização da categoria gênero, no estudo, por si só possibilitasse uma compreensão histórica mais ampla do objeto. É importante, apesar da dificuldade, conjugar gênero a outras dimensões e conjunto das teorias do conflito. Embora privilegiando as ambigüidades e contradições de gênero, acredita-se como Scott que:

*[...] os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações sociais historicamente situadas.*⁹

A noção de relações de gênero aponta para construções mutáveis de significação. Isso quer dizer, como ressalta Paoli, que os significados constituintes das diferenças de gênero são atravessados por discursos de outras identidades e cristalizados de repetições, de estereótipos, todos colocados em ação em contextos específicos.¹⁰

Ao estudar e ter como objeto as “relações de gênero violentas”, não há crença de que existe uma categoria unificada de interpretação, mas se pode, sim, enfrentar as diferenças simbólicas, contextualizando-as sem reduzi-las a um único termo. Não se pretende, portanto, atribuir um imperialismo à categoria, em detrimento de outros conceitos; apenas priorizá-la na análise.

Sem o intuito de partir de sujeitos prontos e acabados, utiliza-se a categoria gênero no trato das relações sociais. Este procedimento constitui uma mudança epistemológica importante, pois a dimensão relacional faz com que haja um deslocamento da noção de sujeito e de identidade fixa para a de relação, evitando, inclusive, uma possível guetificação feminina. A consequência metodológica é a de que deixam de existir homens e mulheres abstratos, essencializados, para se constituírem homens e mulheres contextualizados, uma especificidade do gênero estudado pela História.

Algumas dificuldades aparecem em determinados momentos da análise histórica quando se tenta, devido a toda uma influência historiográfica e de produções feministas, identificar qualquer atitude feminina como sendo de resistência, heroizando as mulheres; e, em outros momentos, percebê-las como freqüentemente oprimidas e inevitavelmente dominadas, vitimando-as. Talvez o uso do gênero possa auxiliar a sair dessas armadilhas, uma vez que a ênfase recai nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais e rompe com idéias naturalizantes. Nesse sentido, há jogos de poder relacionais entre o masculino e o feminino – independente do sexo físico das pessoas marcados por hierarquias, conflitos e também por negociações. Não se trata de negar as falas misóginas, mas de mostrar como são fabricadas. Pode-se utilizar, para isso, de

⁸ SCOTT, J. Op. cit., p.15.

⁹ PAOLI, M. C. As Ciências Sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Novos estudos Cebrap*(31): 107-20, out., 1991, p.118.

¹⁰ SCOTT, J. Op. cit., p.17-8.

¹¹ DELEUZE, G. As estratégias ou o não estratificado: o pensamento do lado de fora (poder). In: _____. *Foucault*. (Trad. Cláudia S. Martins). São Paulo: Brasiliense, 1988, p.78 e 100.

práticas, de símbolos, de códigos normativos, de representações, valores sociais e de identidades subjetivas. O gênero também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto-representações do masculino e do feminino.

Outro empecilho ao estudo consiste no fato de que o gênero não possui ainda um embasamento teórico elaborado como o conceito de classe, por exemplo, tendo sido colocado como categoria analítica utilizada em pesquisas somente a partir dos anos 80, no Brasil. É, portanto, um desafio lidar com esta categoria tão recentemente abordada pela historiografia e outras áreas do conhecimento. Não é por acaso que poucos(as) investigadores(as) incorporaram a perspectiva relacional que impõe o enfoque de gênero. Muitos(as) utilizam-no, mas ainda atribuindo, de forma simplista, ao patriarcado e à discriminação a responsabilidade pela opressão feminina, pelas hierarquias e desigualdades entre gêneros e pela criação de um mundo feminino à parte. Determinadas ações sociais só têm sentido se integradas numa análise de construção e consolidação do **poder**. Assim, este tema é melhor compreendido na relação de reciprocidade entre gênero e poder, sendo o gênero uma forma de significar as relações de poder.¹¹

Em que pese o poder, é bom esclarecer a concepção que transita e se recompõe no fluxo das relações sociais. Nesta perspectiva, Deleuze, com base em Foucault, questiona:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder. Compreendemos, primeiramente, que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força". Ou, "... dirá Foucault que o poder remete a uma 'microfísica'. Com a condição de não entendermos o 'micro' como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis.¹²

As relações de poder são constitutivas das relações de gênero. Não se pretende reduzir tudo a gênero, mas colocar que este é fundamental para as relações sociais, por regular as relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher. Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade, que é exercida como uma forma de poder. Portanto, a sexualidade é um ponto de apoio da desigualdade de gênero.¹³

O gênero aparece como um eixo pelo qual o poder é exercido numa luta constante frente à distribuição desigual de suas oportunidades. É portanto, um sistema político. Pode-se considerar que, a partir também das relações assimétricas de poder entre os gêneros, chegue-se aos fundamentos que produzem, reproduzem e mantêm as relações violentas. As hierarquias sociais entre os gêneros respondem a resoluções desfavoráveis até agora para as mulheres.

Em concordância com a concepção foucaultiana de poder, Saffioti considera esse conceito

¹² SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. S. de. Op. cit., p.23.

¹³ SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. S. de. Op. cit., p.195.

mais flexível e útil ao estudo das relações de gênero, pois permite descartar a posição vitimista, em que o homem detém o poder e a mulher não. O poder relacional aparece como um fenômeno que flui em cadeia, perpassando pelos sujeitos sociais conforme a correlação de forças do momento. Um poder múltiplo, localizado em diferentes espaços, que pode, inclusive, aparecer com roupagem de autoridade. Visualiza-se, neste estudo, a permanente tensão que anima essas relações. Assim:

[...] quando se afirma que as mulheres são dominadas pelos homens, não se exclui a luta das primeiras pela ampliação de sua pequena fatia de macropoderes, nem tampouco suas batalhas cotidianas pelo exercício constante de micropoderes.¹⁴

Barbieri, nessa linha de pensamento, reforça que o poder

[...] produce verdades, disciplina, pero también esta siempre en peligro de perderse. Por ello no bastan leys y normas, amenazas cumplidas y castigos ejemplares. Las/os dominadas/os tienen un campo de posibilidades de readecuación, obediencia aparente pero desobediencia real, resistencia, manipulación de la subordinación.¹⁵

Um outro modo de conceituar o poder é observado em Chauí ao entendê-lo como:

[...] capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à existência pública de uma coletividade, de tal maneira que seja expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantia do justo pelas leis, sem coação.

[...] O encarando [...] como reconhecimento de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais diferenciados, não o identificaremos com o governo nem com a soberania, mas como o pólo, onde a lei não é coação, o direito não é interesse e a justiça não é formal. Tomaremos o poder como expressão dos direitos daquela parte da sociedade cujo desejo é não ser comandada nem oprimida.¹⁶

No que diz respeito à concepção de força, a filósofa entende

... por força a ausência do poder [...] e presença do desejo de mando e de opressão de uma classe sobre outra e de um grupo social sobre outro. Entenderemos por força, portanto, as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica.¹⁷

A filósofa considera ainda que as mulheres são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros, sendo constituídas como sujeito pela heteronomia. Daí decorre também a violência entre mulheres, pois praticam sobre as outras esse padrão de subjetividade ao encararem as outras e esperarem que estas se encarem como seres para outrem. E postas como dependentes naturalizam sua posição que é histórica.¹⁸

¹⁴ BARBIERI, T. de Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *Prodir* (org.) São Paulo, 1990, p.38.

¹⁵ CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. VÁRIAS AUTORAS. *Perspectivas antropológicas da mulher*, (4):23-62, Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.34.

¹⁶ CHAUÍ, M. Op. cit., p.34.

¹⁷ Idem, p.47-8.

¹⁸ FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª- ed., revista e ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p.1779.

Por detrás das relações de gênero, atravessadas pelo poder desigualmente repartido, vislumbra-se a **violência**. Não há unanimidade quanto à sua concepção e origem, mas eis algumas das conceituações elaboradas.

Conforme o dicionário, violência é definida como [...] *constrangimento físico ou moral, uso da força, coação*.¹⁹

O advogado Sznick, tomando como objeto de estudo os crimes sexuais, vistos através do Direito Penal entende por violência “a expressão manifesta, viva e, principalmente, física da agressão. A violência é contemporânea à existência do ser humano, como que lhe é inata.”²⁰ Naturalizando a violência e abordando um conceito genérico para a definição, afirma que esta:

*[...] é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que lhe tenta impedir a liberdade de reflexão, de julgamento e de decisão; é, sobretudo, a força que é o seu meio de manifestação, seu instrumento. [...] É todo ato que implica o emprego ilegal e abusivo da força, de modo imprevisível e forte, provocando na vítima um sofrimento de origem física ou moral.*²¹

Uma série de autores(as) intelectuais e/ou feministas tem se apoiado no conceito filosófico de violência articulado por Chauí. Esta, com base na idéia de liberdade, como autodeterminação/ autonomia e servidão/dependência/heteronomia em Spinoza, entende por violência:

*[...] uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto [...] interpessoais [...]. Preferimos considerá-la [...] como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais [...] e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência [...]. Assim a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. [...] resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a dominam. Sob esse aspecto, [...] não é possível um poder violento, desde que entendamos o poder como exercício e reconhecimento efetivo de direitos e da prática política. O poder não exclui a luta. A violência, sim.*²²

¹⁹ SZNICK, V. *Crimes sexuais violentos*. São Paulo: Ícone, 1992, p.15.

²⁰ Idem, p.16.

²¹ CHAUÍ, M. Op. cit., p.35.

²² GREGORI, M. Op. cit., p.123 e 184.

Em alguns setores dos movimentos feministas, verifica-se tentativas predominantes de se perceber a violência como a manifestação mais radical (conspiração consciente) da opressão e relação hierárquica a que as mulheres estão sujeitas passivamente nas relações de gênero familiares e conjugais. Essa perspectiva faz com que, a princípio, a imagem das relações entre os sexos seja negativa, havendo em muitos casos uma tendência a aversão aos homens, que teriam um poder unilateral.

Nesse sentido, em uma análise crítica, Gregori observa que algumas feministas ressaltam as situações em que as mulheres são vítimas diretas e desprezam outras relações violentas entre mulheres-mulheres, mulheres-crianças e destas contra seus parceiros, ou consideram estas violências simplificadoramente como atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamento externos. No entanto, a autora destaca o fato de que realmente é o corpo da mulher que sofre maiores danos. É na mulher que o medo se instala, principalmente nas relações conjugais. Porém, paradoxalmente, ela vai se aprisionando quando cria sua própria vitimação.²³

Ainda sobre a óptica dos feminismos brasileiros, a autora demonstra como são construídos alguns argumentos feministas sobre a violência conjugal, chamando a atenção para o fato de que a mulher aparece, muitas vezes, como um ser passivo, vitimado, bom por natureza, virtuoso, não sendo sujeito constituinte de sua situação.

A antropóloga comenta, ainda, sobre as produções feministas que, marcadas pelo caráter militante, adotam um conceito de violência, no qual atribuem a uma condição geral de subordinação a explicação para situações de violência contra a mulher. E passam assim a reclamar punibilidade sem um exame mais atento dessas relações.²⁴ Crítica, portanto, os trabalhos que caminham nesse sentido, como o de Azevedo,²⁵ quando, na descrição dos casos, aponta para a existência de um agente coercitivo e outro vitimado que, por vezes, resiste. Esse tipo de abordagem considera os homens únicos responsáveis nos atos de violência.

Outra tendência dos escritos feministas criticados por Gregori consiste em descreverem relações de violência como modelos estereotipados e tipificados, em que menos importam a diversidade, a pluralidade que os perigos de comportamentos e ações que se supõem gerais. Para a autora, essas análises perdem as ambigüidades e tensões presentes nas relações de gênero, pois se situam nas dualidades agressor/vítima.²⁶

Apesar de Chauí construir um arcabouço teórico com reflexões mais elaboradas frente aos escritos feministas, observa-se, conforme destaca Gregori, que ela também parece cair em algumas armadilhas. Por mais que a filósofa não queira estabelecer a oposição algoz ativo contra vítima passiva, seu conceito de violência não revela indícios de como a mulher pode se libertar. Assim:

[...] a dualidade autonomia/heteronomia, assim como a distinção entre poder, violência e força é elaborada de forma em que não há chance de se vislumbrar uma transformação. [...] São ideais frouxos [...] que podem ou não servir como [...] estímulo a libertação.²⁷

²³ Idem, p.123-4.

²⁴ AZEVEDO, M. de & Colabs. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

²⁵ GREGORI, M. Op. cit., p.128-30.

²⁶ GREGORI, M. Op. cit., p.133.

²⁷ Idem., p. 133-5.

Outro aspecto levantado por Gregori a respeito da visão de Chauí sobre violência está em sua abrangência, não permitindo distinguir violência de opressão ou dominação. Lembra, a antropóloga, que há casais que não se caracterizam por relações declaradamente violentas e, no entanto, desrespeitam a autonomia um do outro. Gregori acredita, então, ser preciso sofisticar a compreensão da violência, encarando-a também como forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros. E é isto que a autora se propõe a fazer quando analisa as entrevistas com vítimas de violência, procurando entender como as mulheres vêem a si e aos parceiros na relação, para então refletir como essas relações se constroem e se mantêm.²⁸

A socióloga e militante feminista Saffioti tece algumas críticas (inclusive a Azevedo), em sua mais recente obra, sobre os trabalhos que primam pela separação entre violência estrutural e outras – conjunturais, resultantes de relações interpessoais - como se estas últimas independessem da estrutura social.²⁹

Reportando-se a Chauí, de forma crítica, a socióloga enfatiza que:

*Consciente ou inconscientemente, a vítima formula e executa estratégias para conviver com a violência. Participa, pois, desta. A posição vitimista, na qual a vítima figura como passiva, e inteiramente heterônoma, além de não dar conta da realidade histórica, revela um pensamento extraordinariamente autoritário. Obviamente, se a vítima teve sua vontade anulada pela vontade de seu agressor, cabe a algum iluminado propor soluções capazes de tirá-la da situação de violência vivenciada.*³⁰

Além disso, para Saffioti, a força reside na relação que apresenta uma dinâmica.

A relação entre poder e impotência descrita por Saffioti, apoiando-se na análise de outros autores, parece interessante na medida em que a violência pode ser desencadeada a partir da necessidade que se tem de fazer maior o pequeno poder gozado na relação. O exagero aparece como ocultamento da pequena parcela de poder desfrutado, para o estabelecimento do amor próprio, defesa da auto-imagem e fruto do medo cultivado na impotência.³¹ É assim que:

*a incapacidade de lidar com o desamparo e de suportar as contradições restringe sobremodo as possibilidades de se aparem as arestas nas relações amorosas, propiciando, assim, a prática da violência.*³²

No estabelecimento de parâmetros para a análise das agressões físicas e/ou psicológicas, observa-se, também, que a autora adota a óptica dos Direitos Humanos, uma vez que a violência de gênero violenta os direitos humanos.

No que diz respeito às relações de gênero, especialmente as conjugais, este estudo tende a compartilhar com a socióloga a visão de que:

²⁸ SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. S. de Op. cit., p.29.

²⁹ Idem, p.35.

³⁰ SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. S. de Op. cit., p.43.

³¹ Idem., p.43.

³² Idem, ibidem, p.159.

[...] a violência apresenta as seguintes características: 1) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de 'lugares sociais sexuais' que subalternizam o gênero feminino; 2) amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado; 3) é mesclada com outras paixões com caráter positivo, como jogos de sedução, afeto, desejo, esperança que em última instância, não visam abolir a violência, mas a alimentá-la, como forma de mediatização de relações de exploração-dominação; 4) denuncia a fragilizada auto-estima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações.³³

Essas análises parciais expuseram alguns conceitos e reflexões sobre as relações de gênero violentas, que têm auxiliado a compreender melhor o objeto de estudo e estarão disseminadas pelo corpo deste trabalho. As discussões feitas por esses(as) autores(as) ratificam as concepções de que o terreno no qual se trabalha é movediço, recheado por ambigüidades e incertezas.

A historiadora precisa estar consciente das tensões que atravessam o trabalho e lhes dão caráter inacabado, aberto a outras visões. Presente está a tentativa de descrição e explicação de parcelas do acaso na História e o cuidado em se posicionar.

Aceitar a historicidade das demandas implica abandonar a idéia de que existem referenciais naturais, transcendentais, universais, acima do tempo e do espaço. Daí a especificidade do gênero na História. Reconhecer o caráter contingente das lutas e das demandas não implica abandonar utopias. *Mas, significa mais humildade, reconhecer que não existem verdades absolutas. E, ao procurar verdades parciais, dialogadas, contingentes, busca realizar ideais: elimina sofrimentos e submissões, estimula solidariedade e preocupações pelos outros.*³⁴

Ao lidar com as fontes, pretende-se ter como referência o fato de que homens e mulheres se constroem historicamente e as identidades se perfazem, se refazem na trajetória de lutas, resistências, conformações, transgressões, derrotas, negociações e sujeições, que compõem as vivências femininas e masculinas. Ambos são seres multifacetados que se colocam numa dinâmica, cujas lutas, conflitos e estratégias estão em permanente processo de recriação nas tramas sociais. Conceber as relações dessa forma, torna possível vislumbrar transformações na gramática de gênero.

Neste caso, a cultura é mais um mapa, onde há possibilidade de várias combinações, do que um conjunto de prescrições impositivas. Compreender essas questões parece ser fundamental para o(a) historiador(a) que esteja interpretando e re-significando o real. Pois sacrificar por questões ideológicas, ou mesmo por rotina, o estudo de uma realidade multiforme, complexa, rica, mutável, ambígua e contraditória é o mesmo que suprimir o conteúdo das relações de gênero violentas e o conhecimento das experiências cotidianas daí advindas, neste caso, duramente adquiridas.

33. JELIN, E. Mulheres e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas* 2(3): 117-49, 1994, p.148.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, CONJUGAL E FAMILIAR:

- ADAMS, Caren & FAY, Jennifer. O Fim do Pesadelo – *Recuperando-se da Violência Sexual*. Trad. de Carlos M. Rosa. São Paulo: Summus, 2000.
- AZEVEDO, M. A & Colabs. *Mulheres espancadas: A violência denunciada*. S.P.:Cortez, 1985.
- _____. & MELO, Mônica de. *Violência contra a mulher*. S.P.: Brasiliense, 2002.
- CASA de Cultura da Mulher Negra. *Violência Contra A Mulher: Um Novo Olhar. Modelos de protocolos e capacitação sobre violência doméstica para os serviços de saúde e anais do seminário nacional “saúde, mulher e violência intrafamiliar”*. 1 ed., Santos, SP., 2001.
- CORRÊA, M. *Morte em família: Representações jurídicas de papéis sexuais*. R.J.: Graal, 1983.
- CHAUÍ, M. *Participando do Debate sobre Mulher e Violência*. In: Várias Autoras. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*(4):23-62, R.J.: Zahar, 1985.
- _____. *Repressão Sexual – essa nossa (des)conhecida*. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ELUF, Maria Luiza. *A paixão no banco dos réus*. , 2002.
- GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. R.J.: Paz e Terra; S.P.: ANPOCS, 1993.
- GUERRA, Cláudia Costa. *Descortinando o Poder e a Violência nas Relações de Gênero: Uberlândia (1980-1995)*. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, São Paulo, USP, 1998.
- LANGLEY, R. & LEVY, R.. C. *Mulheres espancadas: Fenômeno invisível*. 2 ed.; S.P.: HUCITEC, 1980.
- MILLER, Mary Susan. *Feridas invisíveis – abuso não-físico contra mulheres*. Trad. de Denise M. Bolanho. São Paulo, Summus, 1999.
- SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, S. *Violência de gênero: Poder e impotência*. R.J.: Revinter, 1995.
- SOARES, Barbara M. *Mulheres invisíveis – violência conjugal e novas políticas de segurança*. R.J.: Civilização Brasileira, 1999.
- TELES, Maria Amélia de^a & MELO, Mônica de. *Violência contra a mulher*. S.P.: Brasiliense, 2002.
- “Violência de Gênero no Brasil Atual”, de SAFFIOTI; “Violência e Assédio Sexual”, de GENDRON; “Novas/Velhas Violências contra a Mulher”, de GROSSI. In: *Revista Estudos Feministas*, Ano 2, CIEC/ECO/UFRJ, 2. Sem. De 1994, pp.443-88.